

da Grande Dourados, Dourados.

NOVAES, Sylvia Caiuby. *Jogo de espelhos: imagens e representações de si através dos outros*. São Paulo: Edusp, 1993.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

Experiências de fronteira: memórias de migrantes brasileiros retornados da Áustria

Méri Frotscher

A globalização tem colocado aos pesquisadores o desafio de repensar a temática da migrações sob novas perspectivas e pressupostos teóricos. Minha perspectiva é, através da História Oral, acompanhar esse processo a partir dos migrantes e, desta forma, perceber as consequências humanas da globalização.

Assim, serão analisadas experiências e memórias de brasileiros oriundos do Oeste do Paraná que trabalharam temporariamente na Áustria, através de entrevistas.

As principais questões que pretendo discutir são: Em que medida as condições de vida e trabalho nas sociedades de origem e de destino engendram diferentes vivências e memórias? O que a experiência da migração causa em termos de construção de identificações e estranhamentos entre brasileiros?

A migração internacional é entendida não apenas como um cruzamento de fronteiras/limites no sentido político ou geográfico do termo. Entendo que a experiência da migração faz com que os indivíduos se deparem com fronteiras econômico-sociais, lingüísticas, étnicas, nacionais, jurídicas e/ou estimulam processos de construção de novas fronteiras. Os deslocamentos espaciais envolvem, portanto, também deslocamentos identitários.

Sem deixar de perceber evoluções históricas mais amplas (a globalização e reestruturação do mercado de trabalho), pretendo explorar, a partir deste estudo de caso, as experiências subjetivas do fenômeno migratório, a partir de relatos orais. Neste sentido, compartilhamos do entendimento de que a "subjetividade - conhecimento, sentimentos, fantasias, esperanças e sonhos - de indivíduos, famílias e comunidades informa e molda a experiência da migração em todos os seus estágios, e é por sua vez transformada por essa experiência" (THOMSON, 2002, p. 349).

As migrações fazem parte da história das famílias e mesmo da história individual de muitos habitantes no Oeste do Paraná. As memórias das migrações constituem, inclusive, substrato para a afirmação de identidades locais fortemente marcadas pelo discurso do pioneirismo e do progresso.

A região foi e é marcada pela dinâmica das migrações desde fins de

1940, quando começou a ser desmatada e ocupada intensivamente por migrantes.

Nas últimas décadas houve um acelerado processo de urbanização. Se em 1970 a população urbana representava um quinto da população total, em 2000 representava quatro quintos. A liberação de mão-de-obra para o setor urbano foi conseqüência da mecanização da agricultura e da concentração da terra (PERIS, 2003, p. 196). Estes fatores, somados à construção da usina hidrelétrica Itaipu, entre final dos anos 70 e início dos 80, provocaram deslocamentos populacionais para outros municípios e regiões do Brasil (sobretudo para os estados do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul e estados da Amazônia) e para o Paraguai. De área de atração de migrantes, portanto, o Oeste do Paraná transformou-se área de intensa mobilidade e de expulsão de mão-de-obra.

Nos últimos anos fazem parte deste processo jovens que migram e permanecem temporariamente em países do Hemisfério Norte, atraídos principalmente pelo desejo de economizar capital e melhorar de vida no Brasil. Não se tratam de fluxos contínuos e que formam comunidades no exterior, como o caso de brasileiros nos Estados Unidos. São movimentos migratórios de diferentes destinos, e em alguns casos, pendulares, direcionados conforme as situações sócio-econômicas na região e nos países hospedeiros, a cotação das moedas, a política imigratória, entre outros fatores.

Neste texto será focalizada a migração temporária para a Áustria, mais precisamente o estado de Vorarlberg, situado na fronteira com a Alemanha, Suíça e Liechtenstein e, através desta conexão, para a Alemanha, pois neste caso houve uma migração em corrente e que envolveu mediadores com origem no Oeste do Paraná.¹

A migração é motivada em grande parte pela situação econômico-social dos migrantes. Apesar do Oeste do Paraná se destacar em quantidade e produtividade nas culturas de exportação, principalmente soja, milho e trigo (PERIS, 2003, p. 514), é caracterizada pela baixa renda média familiar e elevada desigualdade de renda (PERIS, 2003, p. 194). A industrialização é recente e voltada às atividades da agroindústria, oferecendo baixos salários e funções desqualificadas à maioria dos trabalhadores. No que se refere ao município de Marechal Cândido Rondon, origem da maioria dos entrevistados, apesar do aumento do emprego formal, nos últimos anos, mantiveram-se as formas precárias de emprego e do próprio desemprego (CARVALHAL, jun. 2007, p. 91).

¹Esta pesquisa faz parte de um projeto maior intitulado *Do Oeste do Paraná rumo à Europa: emigração, memória e identidades*, em andamento desde abril de 2007, através do qual foram entrevistados 26 jovens imigrantes retornados da Suíça, Áustria e Alemanha.

Em todas as entrevistas a migração é associada a um sonho de economizar capital para investir no Brasil. Os gastos são vistos como um investimento². Em diversos casos a migração envolveu também capital de integrantes da família, que chegaram a vender bens imóveis ou automóveis para comprar a passagem aérea e pagar o mediador, na expectativa de, em pouco tempo, economizar o dinheiro que demorariam anos para acumular no Brasil.

O fato de a região ter sido ocupada por descendentes de imigrantes alemães poderia ser tomado também como um fator explicativo para a migração para países de língua alemã. Entretanto, além de haver outros países-destino (como EUA, Inglaterra, Espanha, etc), as entrevistas mostraram que em geral não é o retorno às "origens", mas a existência de contatos com parentes e conhecidos que determina a escolha do destino. Estas redes sociais são mobilizadas na obtenção de informações, documentos e empregos, principalmente no caso dos trabalhadores "ilegais", para quem a existência de contatos é fundamental.

Os mediadores desempenharam um papel importante na migração da maioria dos entrevistados. Sua atuação foi noticiada pela imprensa local em fevereiro de 2006, quando uma série de reportagens cobriu a prisão e extradição de pessoas que trabalhavam ilegalmente em algumas cidades de Vorarlberg.³ A experiência de vida e trabalho na Áustria, assim como o porte de cidadania austríaca constitui "capital social" utilizado por alguns mediadores na venda de papéis falsos e aliciamento de mão-de-obra ilegal entre os brasileiros. O oferecimento destes serviços era feito tanto no Brasil como no local de destino, pois estes mediadores transitavam entre os dois países.

Não somente fatores de expulsão, mas também de atração devem ser considerados. O imaginário positivo existente sobre a Áustria, construído a partir do contato com emigrantes retornados, é construído e circula entre os que ficam por conta dos investimentos feitos pelos retornados, pelos depoimentos e fotografias. Eles fazem circular a idéia de diferenças sociais e materiais entre o Brasil e a Áustria e contribuem para a reprodução do fenômeno migratório.⁴ A migração internacional não é apenas conseqüência da situação regional, mas também da

²Esta representação também é presente em entrevistas realizadas com familiares de deportados noticiadas pelo jornal local. *Denúncia de ilegais*. O Presente, Marechal Cândido Rondon, Ano 14, n. 1782, 15.02.2006, p. 08.

³*Ilegais na Áustria. Rondonenses presos devem ser deportados na terça*. O Presente, Marechal Cândido Rondon, n. 14, n. 1780, 12.02.2006, p. 04.

⁴Algo similar é apontado pelo sociólogo Abdelmalek Sayad, em seu estudo sobre emigrantes argelinos na França. Ele analisa a relação dialética entre imigração e emigração e o papel dos relatos dos que vêm da França à Argélia na reprodução do processo emigratório (SAYAD, 1998, p. 36-42).

globalização, que faz com que haja não apenas um fluxo de capital, serviços e informações, mas também de mão-de-obra barata entre os países. No caso da Europa, a Convenção de Schengen, em vigor desde início de 1990, ao mesmo tempo que favoreceu uma maior mobilidade de trabalhadores entre os países assinantes, pois estabeleceu que não seria mais controlada a circulação de pessoas entre estes países, fortaleceu o seu controle nas fronteiras externas desse grupo de países (BEDÜRFTIG, 1996, p. 355). Assim foi também facilitada a entrada de brasileiros que baseiam sua estadia em documentos (verdadeiros ou não) de algum dos países assinantes da Convenção, e que não exatamente trabalham no país de origem do documento.

A imprensa de Vorarlberg reclama que a falta de mão-de-obra autóctone que se dedique a trabalhos não qualificados nas pequenas cidades tem favorecido o trabalho ilegal exercido por estrangeiros⁵. A mão-de-obra imigrante, barata e facilmente explorável, interessa a muitos empregadores interessados em aumentar seu capital e em evitar os custos adicionais da mão-de-obra autóctone, por conta dos salários mais elevados, direitos trabalhistas, impostos e medidas de segurança do trabalho.

Foram entrevistadas treze pessoas que na época da migração tinham entre 18 e 38 anos. As entrevistas tiveram uma duração média de uma hora e meia. A grande maioria não tinha formação profissional especializada e o segundo grau completo. Apenas uma emigrante havia freqüentado e absolvido o ensino superior antes da migração. No país destino, os entrevistados exerceram trabalhos que não exigiam qualificação em indústrias, na construção civil, em restaurantes e sorveterias (estas últimas na Alemanha). As entrevistas aqui citadas serão identificadas através de pseudônimos.

A maioria obteve emprego através de documentos de identidade falsos de algum país da União Européia (com ou sem o nome verdadeiro). Outros mantinham somente documentos brasileiros e, a minoria, tinha a cidadania austríaca.

Dentre os entrevistados houve os que exerciam atividades laborais oficialmente, através de contratos, e os que exerciam *Schwarzarbeit* (traduzindo literalmente, "trabalho negro"). A contratação é feita oralmente e o salário é pago em espécie e as atividades são desempenhadas sem que haja qualquer tipo de registro oficial, sem o recolhimento de impostos e sem que o empregador cumpra as condições jurídicas atinentes ao seu ramo. Ao mesmo

tempo em que esta forma de trabalho pode ser uma forma de sobrevivência para muitos migrantes e, em muitos casos, um meio de obter um salário mais elevado, é um subterfúgio usado por empregadores para burlar as leis trabalhistas e fiscais e explorar a mão-de-obra imigrante. A maioria dos entrevistados, também quando exerciam trabalho registrado oficialmente, trabalhava além da jornada permitida por lei exercendo, portanto, trabalho considerado "ilegal".

São considerados trabalhadores imigrantes "ilegais" tanto os que trabalham com base em documentos de identidade falsos, como os que possuem apenas passaporte brasileiro, sem visto para trabalho. Utilizo aqui os termos "ilegal" entre aspas e conforme o que definem as leis dos países destino aqui considerados⁶. Não é objetivo deste artigo questionar aspectos jurídicos ou morais atinentes a este termo, mas analisar como a situação de estadia e de trabalho pode influenciar os relacionamentos no exterior e mesmo a narrativa dos entrevistados. Os termos "ilegal" aparecem com freqüência nas entrevistas e, em nosso caso, servem também como um distintivo entre os brasileiros no exterior.

Gostaria de me ater às memórias da migração presentes nas narrativas dos entrevistados. A migração temporária e ilegal marcou as experiências de vida e trabalho de muitos deles, o que é evidente na própria estrutura narrativa das entrevistas. Algumas pessoas demoram-se na descrição do "esquema" para a aquisição dos documentos, de situações de medo e insegurança, de situações envolvendo conhecidos que "caíram" (foram pegos pela polícia) ou mesmo na descrição de sua própria extradição. O próprio uso do verbo "cair" para expressar a situação da descoberta da estadia "ilegal" pelas autoridades e de outras expressões revela a criação de um vocabulário próprio entre estes migrantes. O medo da polícia e de ser deportado permeia a narrativa de diversos entrevistados, com exceção de um deles, curiosamente, um ex-policia. A condição da estadia, baseada em papéis forjados, é associada, em algumas entrevistas, ao temor ou às tensões havidas no momento de cruzamento das fronteiras políticas da Áustria.

As tensões vividas se devem ao sentimento de insegurança

⁵Segundo a legislação alemã sobre permanência, trabalho remunerado e integração de estrangeiros, o estrangeiro que entrar na Alemanha com a intenção de trabalhar sem visto para tal atividade já é considerado ilegal. Gesetz über den Aufenthalt, die Erwerbstätigkeit und die Integration von Ausländern im Bundesgebiet. http://www.bundesrecht.juris.de/aufenthg_2004/ Consultado em 19.06.2008. Sobre a legislação austríaca referente à ocupação de estrangeiros vide: Ausländerbeschäftigungsgesetz. https://www.bmf.gv.at/Steuern/Kontrolle/illegalerA_1583/RechtlicheGrundlagen/Auslanderbeschäftigung_1742/start.htm Consultado em 19.06.2008.

⁶<http://vorarlberg.orf.at/stories/164545/> Consultado em 17.03.2007.

causado pelo fato destes migrantes, oficialmente, não existirem. Ou seja, o migrante "ilegal", ao mesmo tempo em que é incluído economicamente, é excluído socialmente. Neste sentido, vive às margens, no limbo, nas fronteiras da sociedade do país-destino e constrói suas relações sociais a partir deste lugar. Ao ser perguntado sobre como se sentia vivendo na "ilegalidade", Valdir, mecânico de profissão e que trabalhou numa padaria em pequena cidade de Áustria, se expressa dessa forma:

Ah, sempre com o pé atrás. Se é legal ou não é... é que nem o cara fugir da cadeia. Tem que estar sempre se escondendo. Fica com medo de alguém pegar. Só que não é tanto medo. Uns tinham medo, outros não. Eu não tinha medo dos guardas. Eles sempre nos viam e falam "bom dia", "boa tarde", e cumprimentavam. Eles não iriam saber que a gente era ilegal. A gente sempre falava em alemão e eu sou um alemãozão alto, então não desconfiam tanto. Mas sempre com o pé atrás. Não podia se envolver em briga (...).⁷

A idéia de não poder "se envolver em briga" aparece em outras entrevistas e é recomendada pelos mediadores, para evitar que os migrantes saltem à vista. O entrevistado acima, entretanto, relata noutro trecho da entrevista que sempre pegava ônibus sem pagar ("schwarz fahren"), o que evidencia que não lhe era totalmente claro que tal ato poderia lhe custar, ao final, a extradição. Em relatos de situações parecidas, percebe-se o desejo de, com isso, economizar dinheiro ou até mesmo, em alguns casos, a expressão de um orgulho em relação a uma suposta "esperteza" brasileira.

O perigo da descoberta dos papéis forjados, entre outros fatores, torna instável a estadia e pode determinar, a própria vida material dos migrantes. Apesar do objetivo principal ser economizar dinheiro, muitos acentuam como foi importante a possibilidade de consumir e adquirir produtos que no Brasil lhes eram inacessíveis. Mas o consumismo despertado no exterior não leva a um apego em relação aos bens adquiridos. O ex-policial que trabalhou três anos no estado de Vorarlberg e em Liechtenstein, assim comenta sobre o que ocorreu após ter "caído" na fronteira da Áustria com aquele país: "(...) mas lá, eu nunca tinha me preocupado com as coisas, lá eu sabia, tava consciente disso, a [deportação] podia acontecer de uma hora pra outra. Eu tinha carro, tinha móveis, tinha coisa dentro de

⁷Entrevistado: Valdir Alberto Becker (pseudônimo), 31 anos. Marechal Cândido Rondon, 29 de setembro de 2007. Entrevistadora: Méri Frotscher.

casa, foi tudo..."⁸

A "ilegalidade" também pode significar a impossibilidade de assumir a identidade nacional brasileira. Uma das entrevistadas, com documento de identidade português falsificado e com outro nome, descreve o momento em que decidiu voltar para o Brasil como o momento em que reassumiu a identidade brasileira: "O dia que eu resolvi, eu falei: 'agora eu vou embora, vou voltar pro Brasil, eu vou voltar a ser brasileira'. Eu abandonei a outra vida e recuperei o que nós tínhamos escondido, nossos documentos, né?"⁹ Este trecho e toda a entrevista demonstra a importância dada pela entrevistada à identidade nacional brasileira, depois de tantas situações em que teve que ocultar sua origem. A entrevistada, que viveu com seu namorado na Áustria e trabalhou pesado em diversas empresas, em diferentes momentos expressa as tensões vividas em razão da situação "ilegal" da estadia e do trabalho.

Um casal com documentos falsos espanhóis chegou a criar uma estratégia para poder assumir sua identidade brasileira entre seus colegas de trabalho, a maioria italianos:

(...) nós contávamos a seguinte estória: nós nascemos, nós não moramos lá [na Espanha], nós nascemos e viemos pro Brasil. Então a partir do momento que você vem com três, quatro anos pro Brasil, você se acostuma falando a língua, tanto é que eu tenho amigos que realmente vieram da Espanha, e você conversa com eles, eles falam perfeitamente, então, essa era a estória. E também [a gente] não ficava falando sobre isso, sempre tentava falar outras coisas, desviar o assunto. Pode ser que desconfiavam, mas nunca falaram, nunca falaram.¹⁰

A forma da estadia, a ocupação profissional e o local de trabalho, entre outros fatores, influenciam as formas e a intensidade do relacionamento com a sociedade local e também entre os brasileiros. O trabalho em pequenas empresas privadas que, eventualmente, exige contato com os clientes, proporciona um maior relacionamento com moradores locais. Os que trabalham na linha de produção de grandes fábricas, caso da maioria dos entrevistados,

⁸Entrevistado: Edilson Meyer (pseudônimo), 38 anos. Marechal Cândido Rondon, 30 de julho de 2007. Entrevistadora: Méri Frotscher.

⁹Entrevistada: Maria Lamberti (pseudônimo). Marechal Cândido Rondon, 02 de abril de 2007. Entrevistadora: Méri Frotscher.

¹⁰Entrevistada: Gabriela Paula Philippi (pseudônimo), 23 anos. Marechal Cândido Rondon, 31 de março de 2007. Entrevistadora: Méri Frotscher.

são empurrados para o limbo da sociedade. Assim a relação com outras pessoas se restringe praticamente aos colegas de trabalho, geralmente também estrangeiros, e o migrante conhece o país a partir desta perspectiva.

Para muitos entrevistados, a "ilegalidade" era um fator de coesão social entre brasileiros que estavam na mesma condição. Estar entre brasileiros "ilegais", para um dos entrevistados, era uma oportunidade de poder "conversar mais abertamente":

A gente se relacionava melhor com o pessoal que a gente sabia que era, que tinha o documento falso lá. Tinha uma carrada lá. Você podia conversar mais abertamente e tal. E com os brasileiros de lá também a gente foi em festas, é, jogo de bola, não teve problemas assim, era bom o relacionamento até.¹¹

Identificações com situações vividas por outros brasileiros num país estranho constituem a base para ações solidárias, como arrumar um emprego provisório no seu próprio local de trabalho ou abrigar por um período algum conterrâneo sem teto recém-chegado. Redes sociais são mobilizadas para conseguir moradia, documentos e empregos. O fato de muitas destas "ajudas" partirem de mediadores que cobram por isso, entretanto, não é muitas vezes reconhecido nas entrevistas.

A investigação demonstra os perigos da generalização da idéia de uma comunidade de solidariedade irrestrita entre os brasileiros no exterior. A exploração da mão-de-obra imigrante, as condições diferenciadas de sua contratação, a existência de concorrência entre os próprios migrantes, os objetivos diferenciados de cada um, questões de ordem cultural ou pessoal, entre outros, são fatores que podem levar a conflitos e tensões entre brasileiros. No caso dos migrados para a Áustria, alguns entrevistados chegam a afirmar que a concorrência entre brasileiros teria levado a sua extradição.

Em algumas entrevistas as fronteiras jurídicas entre imigrantes "legais" e "ilegais" são marcadas pelos próprios narradores e situações de concorrência são descritas. Identificações e afirmação de diferenças ocorriam num contexto de competição e de relações de poder construídas a partir da posse ou não de cidadania de algum país da União Européia e eram engendradas pelo mercado de trabalho e pela legislação do país-destino. Por conta disso, percebe-se a expressão de um compartilhamento de experiências, sentimentos e, sobretudo, ressentimentos entre os "ilegais".

¹¹Entrevistado: Edilson Meyer (pseudônimo). Op. cit.

O reconhecimento da falta de solidariedade leva à perda de uma idéia romantizada da estadia no exterior, como expressa Gabriela, que antes da migração havia concluído o curso superior e nunca havia exercido trabalho remunerado antes:

Os brasileiros que tão lá, eles não têm como ajudar às vezes os brasileiro que vêm, porque eles também às vezes já tão de forma ilegal, então eles não vão se comprometer, eles não vão. Os que tão de forma legal, às vezes, não querem estender muito a mão porque pensam que a gente vai roubar o lugar deles. E a gente acreditou, assim, na boa fé de algumas pessoas, e depois a gente viu que não era assim, que na verdade você tá numa selva, tanto aqui no Brasil como lá. Só que lá você tá perdido porque você não tem ninguém. Você não tem quem recorrer, se acontecer alguma coisa com você, é você e é você. Por isso também que eu já preferi ir em dois, porque daí a gente já sabia que tinha onde se segurar, assim.¹²

Gabriela demonstra, ao longo da entrevista, como a experiência da migração e de trabalho no exterior lhe foi dolorosa, associando a sua situação à sensação de estar sozinha "na selva". A metáfora expressa o entendimento de que a experiência de viver e trabalhar na ilegalidade foi para ela um teste de sobrevivência, um exercício de independência e, também, o despertar da idéia de que não poderia depender das outras pessoas.

A concorrência no mercado de trabalho e a diferença salarial entre trabalhadores "legais" e "ilegais" são apontadas por alguns brasileiros "ilegais" como motivos para inveja e para ameaças de denúncia. Uma entrevistada afirma que a posse da cidadania era utilizada por alguns brasileiros como um meio para tentar exercer poder sobre outros conterrâneos:

(...) nós não tinha um passaporte pra tá lá, porque eles [os que tinham cidadania austríaca] eram os tal, porque eles tinham o passaporte, então eles podiam mandar. O que aconteceu muitas vezes? Eles queriam que a gente fosse submisso a eles, "porque senão vou te denunciar". E o que aconteceu? Começou a vir muita gente daqui e tudo piazzada nova, vinte até trinta anos de idade, tudo pessoas novas que agüentam o tranco, como eu te falei né, trabalhando muitas horas, que principalmente uma mulher lá que... ela queria ver o diabo na frente mas não queria ver nós, porque o que acontecia? Ela já tinha uma certa idade e ela não ia conseguir trabalhar, erguer caixa de trinta e cinco quilos, carregar barra de ferro de noventa quilos, então ela ficava com inveja. Porque eles não tava mais conseguindo emprego, porque nós topava qualquer coisa, entendeu? Quem tava lá na

¹²Entrevistada: Gabriela Paula Philippi (pseudônimo), op. cit.

situação que nós tava, se pedisse pra nós juntar neve, nós juntava, pagando, a gente fazia qualquer coisa, e o que aconteceu? Esse povo que tava com o passaporte, ele não precisa se humilhar por qualquer coisa, porque ele tem (...) os direitos de cidadania. É, tem um acesso mais fácil, e pessoas que falavam o alemão tavam perdendo o emprego pra pessoas que não falavam o alemão.¹³

Maria percebe que a divisão jurídica entre “legais” e “ilegais” começou a criar fronteiras sociais entre os migrantes brasileiros. A impossibilidade de alguns brasileiros terem acesso ao mercado de trabalho legal dá lugar a outras formas de dependência e situações de humilhação. A entrevistada se inclui num grupo que, segundo ela, tinha que “topar qualquer coisa” e se diferencia do “povo que tava com o passaporte” o qual, por isso, não precisava “se humilhar por qualquer coisa”.

A entrevistada expõe também a concorrência entre trabalhadores imigrantes, situação ligada ao fenômeno da internacionalização do mercado de trabalho na Europa: “pessoas que falavam o alemão tavam perdendo o emprego pra pessoas que não falavam o alemão”. Além disso, a entrevistada aponta para uma diferença de idade entre brasileiros que chegaram em diferentes momentos na Áustria. De um lado, a “piaçada nova” que havia chegado há pouco tempo, como se refere, e por outro, brasileiros mais velhos já estabelecidos. Outra entrevistada, casada com um descendente de austríacos oriundo da ex-colônia austríaca de Treze Tílias – SC (conhecida como “Tirol brasileiro”) e que morou na Áustria por dezessete anos, também estabelece uma diferença entre os que vieram antes e depois. Entretanto, coloca-se do outro lado desta fronteira e confere outros significados às diferenças:

Olha, pra ser sincera, o grupo de amigos que a gente tinha lá, brasileiro, são pessoas assim que nós conhecemos que foram pra lá na época de 97, 96 e ficou. Agora com esse pessoal que veio nos últimos anos, nos últimos 6, 7 anos, muito pouco contato, porque já foi uma geração mais jovem, meia transviada que... que infelizmente não dava pra inserir no... não tinha como. [Só] conversa, mas não pra grupo de amigos teus. Não.¹⁴

A entrevistada contrapõe os brasileiros chegados nos últimos anos com os do seu “grupo de amigos”, os quais haviam se casado por lá e que teriam “outros interesses”, “outras perspectivas”, e que teriam se proposto a conhecer aspectos da cultura local:

¹³Entrevistada: Maria Lamberti (pseudônimo). Op. cit.

¹⁴Entrevistada: Michele Soares Feil (pseudônimo). Marechal Cândido Rondon, 18 de julho de 2007. Entrevistadora: Méri Frotscher.

O que aconteceu nos últimos anos lá? Esse pessoal que foi pra lá pensando em... aparência, festas, estas coisas, não, não... É o que eu digo, de estar lá por estar, não vão com propósito de ter um pouquinho mais de cultura, conhecer. Não tem o propósito de ter uma bagazinha melhor.¹⁵

Essa visão se contrapõe à perspectiva de outro entrevistado, o ex-policial, que diferencia os brasileiros a partir de sua ascendência. Ele estabelece diferenças em relação aos descendentes de austríacos oriundos de Treze Tílias, identificando-os como “um povo diferente”, “inveioso”, “miserável”: “Então geralmente a gente, com o pessoal mesmo, com os brasileiros, fora, assim, com exceção daquele pessoal de Treze Tílias ali, que teve uns que são meio inveioso, no mais a gente se dava muito bem com eles. O pessoal geralmente ajuda com o que puder”.¹⁶ A referência à inveja é freqüente nas entrevistas dos trabalhadores “ilegais” quando falam de brasileiros que expressavam de alguma forma discordância em relação à sua estadia. A “inveja” de um destes brasileiros chega a ser associada à denúncia que teria levado à sua extradição:

O que me deu problema foi no finzinho que eu tava, onde é que eu trabalhava na Suíça, naquela firma lá, eu tava uns nove mês, quase, um ano, acho, que eu tava lá, nove meses. Ai eu tava muito bem na firma lá, e tem os brasileiros que tava legal e não tava tão bem, às vezes, eles não gostava de trabalhar fim de semana, sábado, domingo, eu trabalhava pra mim, sábado, domingo, não tava nem aí, né? Ganhava bem, no caso, ganhava melhor que eles, e eles não admitia que eu não tinha os documentos legal, ganhava mais que eles lá dentro da firma, então os cara começaram a crescer os olhos né? Ai uma hora um deles me entregou na divisa, lá onde eu atravessava todo dia.¹⁷

O entrevistado afirma a predisposição para o trabalho como um elemento diferenciador em relação a outros brasileiros “legais”. Diversos entrevistados parecem querer justificar a situação “ilegal” da estadia desta forma. A exploração e sujeição a condições de trabalho não permitidas por lei, como horas extras demasiadas, não são acentuadas, mas o ganho de capital.

Todos pleiteiam, direta ou indiretamente, o direito de trabalhar nos países destino, resistindo às leis de restrição à entrada de estrangeiros. Apesar das diferenciações, em geral o brasileiro é representado pelos entrevistados como apto ao trabalho pesado e disciplinado e, por esta razão, um imigrante almejado pelos empregadores, cuja sonegação de

¹⁵Idem.

¹⁶Entrevistado: Edilson Meyer (pseudônimo). Op. cit.

¹⁷Idem.

impostos e exploração da mão-de-obra imigrante não são questionadas.

Muito embora a maioria demonstre saber que burlavam leis trabalhistas e que regulam a permanência no país, desconhecem seus pormenores e implicações ou as ignoram devido ao intuito de permanecer no país de qualquer forma. O medo expresso, não é exatamente o medo de incorrer em atos que configurem ilegalidade às relações de trabalho ou à estadia, mas o medo de serem deportados.

Ao pensarmos as formas de ver e de agir destes migrantes na Europa, devemos levar em conta as condições de vida e trabalho no país de origem, como a falta de controle e regulação do mercado de trabalho, a inobservância das leis trabalhistas, a exploração da mão-de-obra, os baixos salários, a sujeição a trabalhos temporários e desqualificados, a falta de registro em carteira. Segundo o Censo de 2000, somente 32,8% dos trabalhadores do Oeste do Paraná se enquadravam na categoria "Empregados com Carteira, Militares e Servidores Públicos", porcentagem levemente inferior à brasileira.¹⁸ Tais números, somados à porcentagem de desocupados (12,8%), demonstram uma realidade sócio-econômica marcada pela informalidade do mercado de trabalho e exclusão. O uso de palavras em alemão nas entrevistas, como *Arbeitsamt*, *Bewilligung*, *Anmeldung*, *Krankenkasse*, por si só, demonstra o confronto com uma outra realidade e a falta de diversos procedimentos e direitos relativos à estadia e trabalho no Brasil.

As narrativas destes migrantes, pessoas que estão o tempo todo avaliando as vantagens e desvantagens, financeiras ou não, da migração e/ou do retorno, muitas vezes são caracterizadas por contradições. Em diversas entrevistas se elogia a maneira "correta" e "honestas" de ser dos nativos, o que se contrapõe à falsificação de documentos e a algumas estratégias utilizadas pelos entrevistados para burlar leis e regulamentações do Estado. Apesar de admirar e de mesmo usufruir de direitos e benefícios do Estado - no caso dos empregados como cidadãos da União Européia - o trabalho *schwarz* e a conseqüente sonegação de impostos por parte de seus empregadores descapitaliza o mesmo Estado.

No caso dos trabalhadores com documentos falsos, deportados ou não, sentimentos de hostilidade e raiva são reservados não ao mediador, mas ao(s) suposto(s) denunciadores por terem dado fim ao seu sonho em solo europeu. Com relação ao mediador, a maioria faz menção a uma relação de troca ou até mesmo se referem ao mediador como aquele que os teria "ajudado" em momentos de dificuldade, mesmo quando recorreram a eles em situações de necessidade e desespero.

As contradições também se mostram na idéia de uma eventual

¹⁸IBGE, Censo Demográfico 2000, SIDRA, www.ibge.gov.br.

volta para a Áustria ou para algum outro país rico da Europa. Mesmo que critiquem os imigrantes "legais", alguns expressam ao final da entrevista o sonho de voltar para a Europa e trabalhar legalmente. Para alguns, o retorno ao Brasil deu início a uma corrida em busca de papéis para dar entrada no pedido de cidadania de algum país da União Européia, mesmo que essa busca muitas vezes seja em vão, devido à falta de documentos ou mesmo à falta de direito à cidadania pleiteada. O que vale perceber, entretanto, são os sentimentos em relação a esse ato. Uma entrevistada que ainda na Europa buscou avidamente a documentação de um antepassado italiano, assim comenta, ao final da entrevista: "Ah, hoje assim eu falo que eu daria tudo se alguém conseguisse essa certidão de nascimento".¹⁹

A obtenção da cidadania é vista como uma estratégia na busca de uma outra inserção no país destino. Ter documento (verdadeiro), para uma entrevistada, daria uma "opção de escolha" profissional, em contraposição ao migrante não documentado, sujeito a determinadas condições de trabalho:

*(...) É, por enquanto tamos aí, mas eu não sei se um dia desses não volto, né? Porque a gente sente bastante falta do estilo de vida, qualidade de vida. A gente só não tem documentação, isso que prende a gente aqui, às vezes. Porque se [a gente] tivesse, eu com certeza teria meus filhos lá, porque daí você tem a opção de escolha também, assim nós tava assim forçados, nós tinha que aceitar aquilo que vinha porque tava ilegal, mas se você vai com a documentação, você tem a possibilidade de escolha (...).*²⁰

A entrevistada demonstra grande inquietação e incerteza em relação a suas expectativas e inconscientemente expressa estar dividida entre dois mundos. Mas, na mesma entrevista, reformula seu posicionamento em relação ao desejo de voltar, revelando as contradições pessoais vividas após o retorno:

*É... hoje, hoje eu não iria pra lá, não voltaria. Hoje eu acho que é melhor eu ficar aqui, eu estudar né... ter uma profissão, trabalhar no Brasil, que eu tenho o pé no chão, do que morar em um país estranho, que te oferece muitas coisas, e que ao mesmo tempo não é o teu lugar, mesmo que tu queira ser européia tu não vai ser! Então, assim, neste sentido eu também mudei bastante a minha concepção.*²¹

¹⁹Entrevistada: Maria Lambertí (pseudônimo). Op. cit.

²⁰Entrevistada: Gabriela Paula Philippi (pseudônimo). Op. cit.

²¹Entrevistada: Gabriela Paula Philippi (pseudônimo). Op. cit.

A migração e o retorno constituem marcos importantes nas memórias da maioria dos entrevistados. Durante a pesquisa, foi possível perceber como a inserção dos entrevistados no Brasil (antes e depois da emigração) e na Áustria pode influenciar a forma pela qual se referem a suas experiências. Pôde-se apreender também como novas relações de trabalho impostas pelo mundo globalizado marcam de diferentes maneiras as vivências do migrantes e acabam (re)criando fronteiras de diversos tipos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- PERIS, Alfredo Fonseca (Org.) *Estratégias de desenvolvimento regional*. Região Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2003.
- BEDÜRFTIG, Friedemann. *Lexikon Deutschland nach 1945*. Hamburg: Carlsen Verlag, p. 355.
- CARVALHAL, Marcelo Dornelis. O emprego em Marechal Cândido Rondon/PR na dinâmica geográfica do capital. *Pegada*, v. 8, n. 1, p. 77-98, jun. 2007.
- SAYAD, Abdelmalek. O retorno. Elemento constitutivo da condição do migrante. *Travessia*. Revista do migrante. São Paulo, Ano XIII, n. especial, jan. 2000.
- THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas/FAPESP nº 44, vol. 22, 2002.

Notícias de uma migração: a chegada dos Suábios do Danúbio pela imprensa paranaense (1951)

Marcos Nestor Stein

No século XX, o território do Estado do Paraná foi objeto de projetos de ocupação derivados da iniciativa privada e governamental. Principalmente a partir de 1940, o Sudoeste e o Oeste do Estado foram ocupados por populações oriundas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, ao passo que a região Norte, por agricultores vindos, em grande parte, de São Paulo. Além de pessoas procedentes de várias partes do Brasil, houve também a fixação de grupos provenientes do continente europeu.

Neste contexto, temos, em 1951, a instalação no município de Guarapuava, região Centro-Sul do Paraná, da Colônia Entre Rios, formada por refugiados da Segunda Guerra Mundial, denominados *suábios do Danúbio (Donauschwabens)*.¹ De acordo com Elfes (1971), o grupo era oriundo da Hungria, Romênia e principalmente dos territórios que formavam a antiga Iugoslávia, cuja ocupação por seus ascendentes – originários principalmente do Sul e Sudeste do atual território da Alemanha – deu-se após a expulsão dos turcos (século XVIII), quando a região passou a fazer parte do Império Austro-Húngaro.

No final da Primeira Guerra Mundial, houve o desmembramento do Império Austro-Húngaro e a região que era também habitada pelos suábios foi dividida, mediante a assinatura de tratados, entre a Hungria, a Romênia e o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, proclamado em 1918 – que em 1929 recebeu o nome de Iugoslávia. Segundo Elfes (1971), a partir de então se verifica a intensificação de conflitos de cunho nacionalista e étnico entre os diferentes grupos que habitavam tais países.

Durante a Segunda Guerra Mundial, essa região foi ocupada pelo exército alemão, sendo que um dos objetivos era combater os *Partisans*, organização de guerrilheiros comunistas liderada por Josep Broz Tito. Em 1944, os *Partisans* venceram as tropas alemãs, as quais também eram apoiadas por grupos de habitantes de origem alemã, entre eles os

¹A criação da denominação *suábio do Danúbio (Donauschwabens)* se deu em 1922 e é atribuída ao geógrafo austríaco Robert Sieger. A utilização do termo em publicações se deve ao geógrafo alemão Hermann Rüdiger (SCHERER, 1964).